

CONFERÊNCIA DO CLIMA

Governo brasileiro prepara carta para ser apresentada em Belém, durante a COP 30, unindo esforços dos países participantes da Aliança Global do G20

Combate à fome e às mudanças climáticas

» VICTOR CORREIA

O governo brasileiro coordena a entrega de uma carta durante a 30ª Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Mudanças Climáticas (COP 30) em defesa do combate à pobreza, à fome e à ação climática. O documento, que já está praticamente pronto, será apresentado durante a cúpula de chefes de Estado, no próximo mês, em Belém.

A iniciativa foi feita no âmbito da Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza, também capitaneada pelo Brasil e lançada em novembro do ano passado, na cúpula do G20 — grupo das 19 maiores economias desenvolvidas e emergentes do planeta mais a União Europeia. A expectativa é que a primeira entrega de resultados ocorra no início do mês que vem, durante reunião em Doha, no Catar. O tema ganhará destaque durante as próximas agendas internacionais do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que embarcou para a Itália no fim de semana.

O petista participa, amanhã, em Roma, da abertura do Fórum Internacional de Alimentação da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e da segunda reunião presencial do Conselho de Campeões da Aliança Global. Há expectativa ainda que Lula se reúna com a primeira-ministra da Itália, Giorgia Meloni, e com outros chefes de Estado. Até agora, o único encontro confirmado é com o diretor-geral da FAO, Qu Dongyu.

“Esperamos ter na COP30 a aprovação de uma declaração sobre combate à fome, à pobreza e a ação climática. Isso também foi

Arquivo/CB



De acordo com Itamaraty, texto do documento preparado pelo governo está “praticamente pronto”

uma decisão do conselho da Aliança, e uma indicação clara de todos os países de que a gente não pode fazer essa discussão de combate à fome e a pobreza sem fazer o vínculo com a crise climática”, disse a jornalista o assessor da Secretaria-Geral para Temas de Segurança Alimentar e Nutricional do Itamaraty, ministro Saulo Arantes Ceolin.

“O texto dessa declaração, segundo ele, tem sido negociado também com os parceiros da aliança há alguns meses. O texto está finalizado praticamente, e a gente espera que essa seja sua versão final, e ele já foi submetido para todos os países do mundo”, acrescentou.

A Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza completa um ano de existência em breve, e anunciará seus primeiros resultados no próximo mês, às margens da

Conferência Internacional sobre Desenvolvimento Social, realizada em 3 de novembro, no Catar. O encontro reunirá chefes de Estado dos principais parceiros da Aliança e deve contar com a presença do presidente Lula.

Até o momento, os trabalhos desse grupo estão sendo conduzidos apenas pelo governo brasileiro. Segundo Ceolin, dos 13 países em desenvolvimento que apresentaram projetos para o combate à fome e à pobreza, seis já possuem planos finalizados: Etiópia, Haiti, Quênia, Palestina, Ruanda e Zâmbia. Eles serão apresentados parcialmente durante o evento em Roma, mas entregues oficialmente no Catar.

O diplomata apontou o resultado como positivo, devido à dificuldade de avançar com os projetos

sem o secretariado instalado. “Temos trabalhado realmente com uma certa dificuldade, com uma condição um pouco difícil”, afirmou. A expectativa do governo era chegar ao fim do primeiro ano com três ou quatro planos aprovados e indicações claras de apoio.

Para aderir à Aliança, os países têm de se comprometer a implementar ações efetivas de combate à pobreza em seus territórios. Membros mais desenvolvidos, por sua vez, contribuem com o intercâmbio de conhecimento, aportes de recursos e outras iniciativas para avançar com os projetos. Ao todo, são mais de 200 parceiros, sendo 103 países. O restante é formado por organizações, universidades, agências internacionais, e outros tipos de instituições.

TARIFAÇÃO

Brasil e EUA viram a página

» LETÍCIA CORRÊA*

» RAFAELA BOMFIM*

A relação entre Brasil e os Estados Unidos tende a melhorar, na avaliação de especialistas. Eles acreditam que o presidente dos EUA, Donald Trump, tenha percebido que os ataques ideológicos contra a soberania brasileira não geraram grandes efeitos e decidiu usar vias mais diplomáticas, como o telefonema entre os dois chefes de Estado, na semana passada. Além disso, a designação do secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, como negociador entre os dois países, pode apresentar empecilhos, mas não quer dizer que as negociações não irão avançar, como membros da oposição tentam reiterar.

A conversa entre os dois presidentes, seguido da conversa entre o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, e o secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, marca um ponto de inflexão nas tensas relações entre os dois países. A confirmação do diálogo pelo Itamaraty e o convite formal para uma reunião presencial em Washington indicam que a retórica ideológica começa a dar lugar a um processo negociador mais pragmático.

Mestre e doutor em Internacionalização e Estratégia e professor de geopolítica da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), João Alfredo Nyegray avaliou que as relações bilaterais tendem a voltar a ser funcionais, mas com baixa confiança política. O acadêmico chamou a nova fase de “pragmatismo competitivo, marcada por uma mistura de cooperação econômica seletiva e distanciamento político controlado”.

“Nos dois primeiros meses do tarifaço, Washington tratou o Brasil como uma peça de demonstração de força — um alerta a países que, na leitura trumpista, estariam se afastando de posições “alinhas” aos interesses norte-americanos.

Getty Images via AFP



Após telefonema de Trump para Lula, canal de diálogo foi reaberto

Contudo, o telefonema de Trump revela que a Casa Branca percebeu os custos domésticos e diplomáticos da medida: o tarifaço gerou inflação em setores sensíveis dos EUA (como o de madeira e móveis), provocou resistência de importadores e ampliou a influência de parceiros alternativos do Brasil, como a China e a União Europeia. Assim, o cálculo político de Trump começa a mudar”, explicou.

Eixo bilateral

“O eixo da relação bilateral, portanto, deve migrar do confronto tarifário para a negociação condicionada. Trump continuará usando as tarifas como ferramenta de pressão — sua assinatura política —, mas com o objetivo de transformá-las em moeda de troca por concessões específicas: abertura do mercado brasileiro para empresas de tecnologia norte-americanas, cooperação em terras raras e minerais estratégicos, e alinhamento diplomático em temas globais, como China, Irã e regulação de big techs. Lula,

por sua vez, buscará preservar autonomia externa e reduzir tensões comerciais sem parecer submisso, o que exige diplomacia de alto nível e capacidade de costurar ganhos mútuos”, acrescentou.

“Haverá espaço para cooperação comercial e técnica — especialmente se o alívio do tarifaço vier acompanhado de missões empresariais, fóruns de inovação e pactos ambientais moderados —, porém sem a profundidade estratégica que marcou períodos anteriores de convergência. O Brasil continuará praticando o “multialinhamento”, equilibrando sua aproximação com EUA, China e Europa, enquanto Trump provavelmente buscará explorar divisões internas do continente latino-americano para reconfigurar sua influência na região”, destacou.

O professor e pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia/Instituto Nacional de Estudos sobre Estados Unidos (INCT-INEU), Williams Gonçalves, ressaltou a importância mútua dos países, para a economia de cada uma das

nações. “A tendência é uma normalização das relações. Porque o Brasil e os Estados Unidos são muito importantes um para o outro. E portanto, os EUA não podem deixar de ter boas relações com o Brasil”, disse. Ele ressaltou que os Estados Unidos são um dos países mais importantes do mundo e eles dispõem de um apoio muito grande dentro do Brasi, que é um importante destino de investimentos norte-americanos.

Na avaliação dele, Trump acreditou que podia dar um susto, que podia exibir os músculos e que o Brasil iria recuar, o Supremo iria se dobrar e o presidente Lula iria tremer de medo. “Porém, quando ele viu que aquilo não surtiu qualquer efeito, a presidência da República e a Suprema Corte americana verificaram que a maneira de atrair o Brasil para uma posição mais próxima dos Estados Unidos e mais distante da China e da Rússia, é por meio do diálogo”, frisou.

Os dois especialistas não ignoram a importância da ideologia trumpista do secretário de Estado americano e o responsável pelos interesses dos EUA na negociação com o Brasil, Marco Rubio. Eles, entretanto, acreditam que as reuniões serão tranquilas, devido à adoção de um novo tom diplomático das conversas entre os países. Nyegray ressaltou que “o secretário telefonou ao chanceler Mauro Vieira e propôs reunião em Washington, dando “pista” de que o caminho escolhido é negociar saídas em vez de escalar o conflito. Esse acúmulo de sinais explica por que seu nome passou a ser o símbolo de uma janela real de negociação. Para Gonçalves, a maior preocupação é a proximidade de Rubio com o clã Bolsonaro, como o Eduardo e o Paulo Figueiredo, que estão lá nos Estados Unidos “fazendo agitação”.

*Estagiárias sob a supervisão de Rosana Hessel

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

kleber sales



Encontro de Lula e Trump na Malásia depende ainda de confirmação

As equipes dos governos de Brasil e Estados Unidos devem retomar contatos de bastidores, ao longo desta semana, para alinhar os preparativos da reunião entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Donald Trump. O secretário de Defesa norte-americano, Marco Rubio, terá uma conversa com o chanceler Mauro Vieira para avaliar a possibilidade dessa primeira reunião entre os dois presidentes ocorrer na Malásia, aproveitando a eventual presença de ambos na cúpula da Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean, na sigla em inglês), evento em que as principais lideranças do bloco do sudeste asiático.

Realizadas duas vezes por ano, as cúpulas ocorrem desde fevereiro de 1976. Criada em agosto de 1967, a Asean é composta por dez países: Brunei, Camboja, Cingapura, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar, Tailândia e Vietnã. Lula e Trump estão convidados para o encontro. Até agora, as negociações com a Casa Branca transcorreram com muita cautela e discrição. O encontro entre ambos na Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), nos bastidores do plenário, quando Trump e Lula se abraçaram, fora combinado entre os assessores com a aprovação de ambos; o que não estava acertado foi Trump tornar público o abraço e a “boa química” que rolou entre ambos em plena assembleia.

O tom positivo do encontro funcionou como uma espécie de trégua e mudou da água para o vinho o contexto político das relações entre os dois países, que formalmente estavam congeladas. Apesar de os discursos oficiais terem se chocado e mantido duras críticas, ambos relataram um encontro pessoal promissor do ponto de vista de um acordo. Contatos secretos de alto nível antecederam aquela terça-feira, dia 23, em Nova York. Mesmo assim, havia muitas incertezas.

O primeiro sinal de reposicionamento de Trump veio na videoconferência do dia 11 de setembro entre o vice-presidente Gerald Alckmin e o embaixador Jamieson Greer, representante comercial dos EUA (USTR). No dia 15, o enviado especial Richard Grenell, foi despachado por Trump para conversas a sós com o ministro Mauro Vieira no Rio de Janeiro. Ambos se encontraram fora do Palácio do Itamaraty, para evitar vazamentos: o Copacabana Palace, o mesmo onde foi gravado o assassinato de Odete Roitman, interpretada por Débora Bloch, na novela *Vale Tudo*. Depois, Grenell se encontrou com o assessor especial da Presidência Celso Amorim, no dia 22, em Nova York, véspera da assembleia da ONU.

Republicano, Grenell é um diplomata muito experiente, foi embaixador dos Estados Unidos na Alemanha de 2018 a 2020, participou das negociações de paz na Sérvia e Kosovo, de 2019 a 2021, e dirigiu interinamente a Inteligência Nacional no Gabinete de Trump em 2020. Antes, havia sido porta-voz do Departamento de Estado dos EUA nas Nações Unidas durante o governo de George Bush. Foi fundamental para mudar a avaliação de Trump sobre a situação brasileira, muito contaminada pela atuação do deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e do influenciador Paulo Figueiredo junto ao Departamento de Estado.

Agenda complexa

No dia seguinte à assembleia da ONU, Mauro Vieira e o secretário de Estado, Marco Rubio, encontraram-se e acertaram que a primeira conversa entre Trump e Lula seria por telefone, o que ocorreu no dia 6 de outubro. No dia 9, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) divulgou oficialmente o estágio das conversas. O titular do MRE, Mauro Vieira, manteve contato telefônico com Rubio após ao telefonema entre os presidentes Lula e Trump. Acordaram que equipes de ambos os governos manterão reunião na próxima semana em Washington, para dar seguimento ao tratamento das questões econômico-comerciais entre os dois países, conforme definido pelos dois presidentes. Rubio convidou Mauro Vieira para uma reunião presencial entre ambos, para tratar dos temas prioritários da relação entre o Brasil e os Estados Unidos.

O encontro entre Lula e Trump na Malásia dependerá dessas tratativas. Um novo ciclo de relações entre Brasil e Estados Unidos pode passar por três eixos: comércio e tecnologia, energia e meio ambiente, e segurança estratégica. O objetivo seria atualizar a parceria histórica com base numa agenda pragmática de reciprocidade e inovação.

No eixo econômico, propõe-se a revisão das tarifas impostas pelos EUA a produtos brasileiros e um acordo de facilitação comercial e inovação industrial, que reduza barreiras técnicas e estimule cadeias produtivas conjuntas em setores como semicondutores, fertilizantes, agritech e biotecnologia. O Brasil garantiria estabilidade regulatória e o acesso a matérias-primas estratégicas; os EUA, transferência tecnológica e investimentos diretos.

No segundo eixo, ambos poderiam firmar a uma parceria para transição verde, com aportes do Banco Interamericano de Desenvolvimento e da Exim Bank, agência de crédito norte-americana, para projetos de hidrogênio verde, biocombustíveis e reflorestamento da Amazônia. O Brasil ofereceria créditos de carbono e know-how em bioenergia; os EUA, financiamento e tecnologias limpas.

No eixo político-estratégico, o acordo incluiria mecanismos permanentes de diálogo sobre democracia, direitos humanos, combate à desinformação, segurança cibernética e vigilância de fronteiras. Uma cláusula de arbitragem comercial poderia substituir medidas unilaterais e reforçar a previsibilidade institucional.